

PERCEÇÃO DOS TRABALHADORES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO SOBRE SUAS ATIVIDADES RELACIONADAS À INCLUSÃO PELO TRABALHO DE APENADOS EM REGIME ABERTO

Perception of prison workers on their activities related to inclusion by the work of the prisoners in the open system sentence

Percepción de los trabajadores en el sistema penitenciario sobre sus actividades relacionadas con la inclusión por el trabajo de detenidos en régimen abierto

Resumo

Introdução: A literatura aponta diversas pesquisas envolvendo o sistema prisional, entretanto, são escassos aqueles que dão visibilidade às atividades dos profissionais que, cotidianamente, acompanham o processo de inclusão dos apenados no trabalho. **Objetivo:** Esse estudo teve como objetivo analisar a percepção dos trabalhadores do sistema prisional sobre suas atividades relacionadas a inclusão no trabalho de apenados em meio aberto. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, que teve como participantes trabalhadores de uma instituição prisional que faz inclusão de apenados no trabalho no município do Rio de Janeiro. Sete entrevistas semiestruturadas foram realizadas e analisadas pelo método da análise de conteúdo. **Resultados e Discussão:** Os resultados desta pesquisa identificaram aspectos sobre o funcionamento da instituição, bem como do processo de identificação do apenado para ressocialização ainda no regime fechado e atividades incentivadoras a permanência no trabalho de egressos da penitenciária. Ademais, a pesquisa demonstrou que os trabalhadores entrevistados não tinham formação específica para trabalhar no contexto prisional, traços de precariedade nas condições de trabalho e desconhecimento da sociedade civil sobre a realidade explorada nesse estudo. Assim, embora o trabalho seja reconhecido como eixo para a inclusão social dos apenados, ainda existem barreiras nesse processo. **Conclusão:** Esta pesquisa deu visibilidade ao trabalho dos profissionais que desempenham papel singular no sistema prisional. Espera-se que as informações levantadas sejam úteis para que formuladores de políticas públicas possam aprimorar a atividade desses trabalhadores. Sugere-se que outras pesquisas sejam realizadas visando engendrar soluções para as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores.

Palavras-Chaves: Social Control, Prisons, Employment; Terapia Ocupacional.

Abstract

There are several investigations about the prison system and its actors. However, few papers addresses the activities of the professionals that daily deals with the process of inclusion of the prisoners in work. **Objective:** To analyze the perception of prison workers on their activities related to inclusion by the work of the prisoners in the open system sentence. **Methods:** It is qualitative research that had as participants the workers of a prison institution that realize the inclusion in the work of prisoners in the city of Rio de Janeiro. The seven interviews were analyzed by the content analysis method. **Results and discussion:** This research identified aspects about the functioning of the institution, issues about the process of identification of the person for resocialization, still in the closed regime and activities to promote the permanence in working outside the prison. Besides, the research showed that the interviewed workers did not have specific training to strive in the prison context, traces of precarious working conditions, and lack of knowledge of civil society about this reality. Thus, although work is recognized as the axis for the social inclusion of the convicted, there are barriers in this process. **Conclusions:** This study gave visibility to the work of professionals who play a unique role in the prison system. It is expected that the information gathered can be useful for policymakers to improve the activity of these workers. It is suggested that further research could aim to generate solutions to the difficulties faced by workers.

Keywords: Social Control, Prisons, Employment; Occupational therapy.

Resumen

Hay varias investigaciones sobre el sistema penitenciario y sus actores. Sin embargo, ninguno de ellos dio visibilidad a las actividades de los profesionales que diariamente siguen el proceso de inclusión de los reclusos en el trabajo. **Objetivo:** Para reducir esta brecha este estudio analizó la percepción de los trabajadores de prisiones sobre sus actividades relacionadas con la inclusión de los detenidos bajo la sentencia de régimen abierto. **Metodología:** Es una investigación cualitativa que tuvo como sujeto a los trabajadores de un cárcel que promueve la inclusión social a través del trabajo de los detenidos en la Ciudad de Rio de Janeiro. Las siete entrevistas fueron analizadas por el método de análisis de contenido. **Resultados y discusión:** Los resultados de esta investigación identificaron los aspectos sobre el funcionamiento del cárcel, cuestiones sobre el proceso de identificación de la persona para el proceso de resocialización aún en régimen cerrado y actividades para incentivar la estancia en el trabajo fuera del cárcel. Además, la investigación apuntó que los trabajadores entrevistados no tenían capacitación específica para trabajar en el contexto de la prisión, rastros de condiciones de trabajo precarias y falta de conocimiento de la sociedad civil sobre la realidad explorada en este estudio. Por lo tanto, aunque el trabajo es reconocido como el eje para la inclusión social de las víctimas, existen barreras en este proceso. **Conclusión:** Esta investigación dio visibilidad al trabajo de profesionales que juegan un papel singular en el sistema penitenciario. Se espera que la información recopilada sea útil para los responsables políticos para mejorar la actividad de estos trabajadores. Se sugiere que se realicen más investigaciones con el objetivo de generar soluciones a las dificultades que enfrentan los trabajadores.

Palabras clave: Control Social, Cárcel, Empleo, Terapia ocupacional.

Francis Gabriela do Nascimento Chajon

Terapeuta ocupacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

francischajon@hotmail.com.br

Carolina Maria do Carmo Alonso

Docente do Departamento de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

carolmaria1@gmail.com

Beatriz Akemi Takeiti

Docente do Departamento de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina e do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

biatakeiti@gmail.com

1 Introdução

Historicamente, o trabalho no sistema prisional apresentou um caráter moralizante, punitivo e normatizador. Foucault¹ relata que o trabalho na prisão, desde a estruturação dessa instituição, não visava a produção ou a formação de habilidades nos internos, mas reiterava os princípios de ordem e regularidade.

Atualmente, no contexto nacional, a Lei de Execução Penal (LEP)² descreve os princípios do trabalho prisional, que pode ser compreendido como as atividades executadas por indivíduos sob pena privativa de liberdade, dentro ou fora das unidades prisionais que viabilizam uma reserva financeira ao apenado, nomeada de pecúlio.

A LEP determina que esse trabalho tenha uma finalidade educativa e produtiva, indo ao encontro das diretrizes de tratamento mínimo para presos apresentadas pela Organização das Nações Unidas através das Regras de Mandela e outros documentos^{3,4}. Desta forma, a LEP pactua com os Direitos Humanos, pois inclui aspectos sociais, humanos e dignificantes no espaço prisional, embora seu texto constitucional possa apresentar diferentes interpretações.

Estudos mais recentes sobre esse universo demonstram que o cenário do trabalho penitenciário, nos diferentes setores desse sistema, ainda é marcado pelo taylorismo, sendo voltado para o controle dos apenados. Assim, apesar do trabalho ser apontado como um meio de transformação e via para a inclusão social, ele permanece organizado de forma pouco transformadora. Nesse sentido, a instituição penitenciária continua a utilizar métodos e processos de coerção que reproduzem a lógica da dominação e da disciplina^{1,5,6,7}.

Tensionando esse paradigma, iniciativas que fomentam o trabalho prisional para além do viés punitivo fortalecem a perspectiva do trabalho como um pilar para a construção da identidade e inclusão social como demonstram Souza⁸, Rocha⁹ e a Comissão de Formação Teórica, Prática do Programa de inclusão social do Egresso do sistema prisional (PrEsp)¹⁰ entre outros.

No que se refere a literatura nacional, é possível identificar estudos que tratam da tríade: sistema prisional, trabalho e seus trabalhadores, contudo, poucas são as publicações que se voltam para compreender a organização do sistema e suas estratégias de promoção da inclusão de apenados pelo trabalho especificamente^{8,10}. Outras pesquisas investigam esse conjunto com os elementos separadamente. Entre os principais trabalhadores pesquisados estão os agentes penitenciários sobre os quais predominam publicações abordando sua identidade e aspectos relativos a saúde mental desses trabalhadores^{10,11,12,13,14,15,16}.

São escassas as pesquisas nacionais que dão visibilidade às atividades dos profissi-

onais que, cotidianamente, acompanham o processo de inclusão dos apenados no trabalho, como desempenham seu trabalho ou, ainda, que revelem dados sobre a organização de instituições que mediam o processo de ressocialização por meio do trabalho^{7,8,10}. Face ao exposto, este artigo teve como objetivo analisar a percepção dos trabalhadores do sistema prisional sobre suas atividades relacionadas a inclusão pelo trabalho dos apenados em meio aberto.

2 Método

Trata-se de uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, que teve como participantes trabalhadores de uma instituição gestora do trabalho prisional que desenvolve inclusão de apenados no trabalho no município do Rio de Janeiro. A escolha por essa abordagem metodológica se justifica pelo fato da pesquisa qualitativa compreender o universo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a variáveis numéricas, o que coaduna com o objetivo desta investigação¹⁷.

O universo desta pesquisa se circunscreve em um serviço referenciado pela Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP). Destaca-se que essa é uma instituição chave que coordena e gerencia o trabalho remunerado para os apenados de ambos os sexos, nas modalidades intramuros e extramuros do Sistema Penitenciário do estado do Rio de Janeiro, apresentando diferentes colaboradores e associados que fomentam uma rede assistencial para os egressos, familiares e presos¹⁸. A seleção desse universo para a pesquisa se deu pelo fato de ser essa instituição vinculada à SEAP e ser referência na inclusão por meio do trabalho no município.

O sistema penitenciário é regido pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) que, por sua vez, é o órgão associado ao Poder Executivo que acompanha e controla a aplicação da LEP e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional. Especificamente no município do Rio de Janeiro, a estrutura do sistema prisional é organizada pela Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) que desenvolve, coordena e acompanha as atividades de custódia, reeducação e reintegração do preso à comunidade em conformidade com as políticas estabelecidas pelo Estado¹⁸.

Após contato junto à instituição, a pesquisa foi apresentada e as entrevistas agendadas no próprio local de trabalho dos funcionários. Foram incluídos os profissionais que atuam diretamente com o apenado do sistema prisional em meio aberto com a proposta de inserção por meio do trabalho e que estavam no serviço por mais de seis meses, pois foi compreendido que o trabalhador recém-contratado leva algum tempo para conhecer a dinâmica de funcionamento da instituição e para ser integrado à equipe.

Assim, durante o período de um mês, no ano de 2017, foram realizadas sete entrevistas semiestruturadas, guiadas por um roteiro que apresentava três eixos. O primeiro

eixo coletou dados sobre a formação e inserção do entrevistado no sistema prisional. O segundo eixo abordou o trabalho desenvolvido pelos profissionais, aspectos de sua relação com o apenado durante o processo de inclusão no trabalho. Finalmente, o terceiro eixo investigou a compreensão do entrevistado sobre os conceitos: trabalho, inclusão e sistema prisional.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a definição da amostra foi embasada na ferramenta da amostragem por saturação, onde ocorre a suspensão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar redundância, tratando-se de um limite empírico¹⁷.

Os procedimentos de análise das entrevistas foram guiados pelos princípios da análise de conteúdo, em três etapas, a saber: a pré-análise, a exploração do material e categorização. Segundo Duarte¹⁷, a criação de categorias pode ser definida pelo pesquisador antes das entrevistas, a partir da exploração dos referenciais teóricos do campo estudado ou podem ser construídas no momento da análise. Optou-se pela segunda forma de criação de categorias durante o processo de pré-análise.

Ressalta-se que esta pesquisa seguiu os preceitos éticos aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (CAAE: 69248017.5.0000.5257) e pelo Centro de Estudos e Pesquisa da Escola de Gestão Penitenciária (CEP/EGP) pelo n. de processo: E-21/087/24/2017. Garantiu-se, também, a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas pelos participantes da pesquisa, utilizando-se a letra E seguida de um número para identificar trechos dos depoimentos dos entrevistados, bem como o nome da instituição pesquisada. Todo o contato com os participantes se deu após a aprovação em ambos comitês de ética.

3 Resultados e Discussão

Conforme apresentado na seção anterior, a análise das entrevistas foi sistematizada a partir de três eixos temáticos. O primeiro deles caracteriza o perfil dos trabalhadores entrevistados, o eixo seguinte descreve o funcionamento da instituição. Por fim, o terceiro e último eixo temático trata da percepção destes profissionais sobre o processo de inclusão pelo trabalho.

3.1 Perfil dos entrevistados

Entre os sete entrevistados nesta pesquisa, cinco tem formação em nível superior e dois em nível médio. O percurso profissional da maioria dos participantes envolve a passagem por outra instituição pública, com atendimento específico às pessoas em situação de rua.

A formação foi apontada pelos entrevistados como principal influência na sua organização do trabalho de inclusão pelo trabalho dos apenados. No entanto, fragilidades na formação de base, bem como, na capacitação continuada para atuar no contexto da instituição foram identificadas como uma dificuldade que é contornada, em parte, pela experiência construída ao longo do tempo de trabalho junto a essa população.

Quanto à modalidade de contratação de trabalhadores, os entrevistados afirmam que o cargo comissionado é a forma de contratação mais frequente seguida pelo concurso público. Esse dado é apontado nas entrevistas como um dos desafios institucionais, pois em função do contingenciamento do estado do Rio de Janeiro, não há convocação de novos servidores mesmo quando se identifica um déficit de funcionários. Tal fato é constatado na tabela 1 em que se percebe que, dos sete entrevistados, apenas um é servidor público; os outros seis ocupam cargo comissionado.

Uma solução pensada pelos entrevistados para superar a fragilidade na formação é a capacitação que, segundo os relatos de alguns entrevistados, foi incentivada nos cargos públicos, mas atualmente está se burocratizando, o que dificulta a atualização dos servidores.

Tabela 1. Perfil dos entrevistados

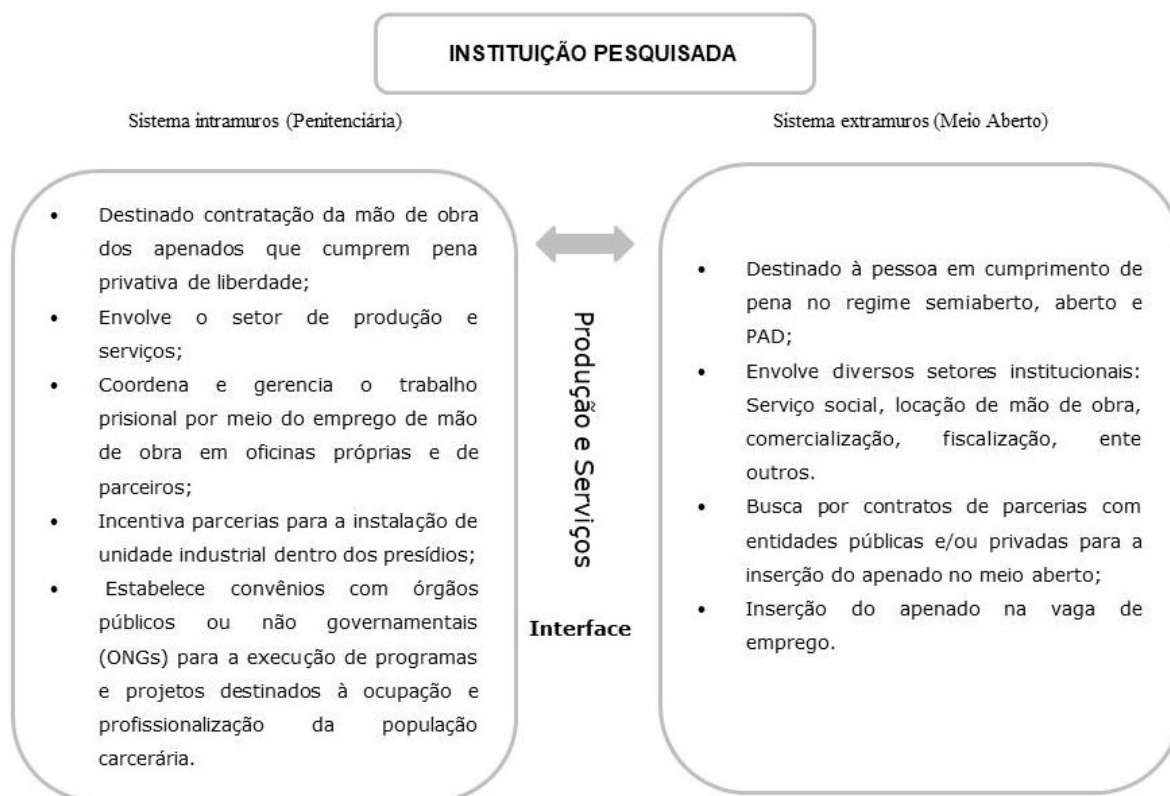
Entrevistado	Formação	Vínculo	Tempo de vinculação	Setor de atuação	Gênero
E1	Formação de professores; Cursando nível superior em Assistência Social.	Cargo Comissionado	3 anos	Comercialização	Feminino
E2	Ensino Superior em Comunicação	Servidor	3 anos	Comercialização	Feminino
E3	Ensino superior em Serviço Social; Pós-graduação em gestão de serviços públicos	Cargo Comissionado	12 anos	Serviço Social	Feminino
E4	Ensino Superior em Letras; Mestrado Profissional em gestão de serviços públicos	Cargo Comissionado	12 anos	Locação de Mão de Obra	Feminino
E5	Ensino Médio completo	Cargo Comissionado	6 anos	Setor de Zelandoria	Masculino
E6	Ensino Superior em serviço social; Pós-graduação e mestrado em gestão pública	Cargo Comissionado	15 anos	Comercialização	Feminino
E7	Ensino Superior em Direito	Cargo Comissionado	6 anos	Fiscalização	Masculino

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

3.2 Funcionamento da instituição pesquisada na perspectiva dos entrevistados

Esta seção apresenta, de forma narrativa, a perspectiva dos profissionais entrevistados sobre a trajetória dos apenados no processo de inclusão pelo trabalho, em como sumariza as atividades desenvolvidas dentro e fora do sistema prisional. A figura 1 demonstra o fluxo que a instituição pesquisada se propõe a construir para atingir seus objetivos.

Figura 1. Apresentação dos setores da instituição pesquisada.



Fonte: SEAP, 2018.

A legislação sugere de forma sucinta os locais para que o processo de ressocialização aconteça. Primeiramente, esse processo deve ocorrer nas unidades prisionais enfatizando o papel educador da pena. Em seguida, ocorre nos patronatos, que se constituem em estabelecimentos oficiais, particulares, instituições conveniadas de caráter público ou privadas destinadas a proporcionar aos liberados para a condicional os meios necessários para a sua readaptação a vida social ^{2,3,4}.

Frente a esse contexto, os relatos dos entrevistados indicaram que o papel central da instituição pesquisada é servir como interface entre os sistemas dos regimes fechado e

aberto. Assim o trabalho dos profissionais que atuam promovendo a inclusão de apenados pelo trabalho tem início dentro dos muros do sistema prisional atendendo as demandas de oficinas das penitenciárias ou de empresas parceiras nelas instaladas. O setor da instituição que atua nesse cenário é o de produção e serviços.

Para inclusão no programa de ressocialização pelo trabalho, os apenados precisam atender os seguintes critérios de elegibilidade: possibilidade de progressão do regime fechado para o semiaberto; proximidade da finalização da pena; histórico favorável na instituição penitenciária e desejo expresso de continuar trabalhando quando sair da prisão. De acordo com os entrevistados, compreende-se que a passagem do trabalho, do sistema intramuros para extramuros, é executado por uma rede de profissionais do sistema prisional, da gestão da unidade prisional e do setor judiciário.

Sobre o acompanhamento do sujeito nesse processo de ressocialização em meio aberto, Barbalho e Barros²⁰ e outros autores^{6,7,8} estudam um fluxo que é semelhante ao que a instituição em tela propõe. Portanto, é possível identificar aproximações da prática, principalmente sobre a perspectiva de alocação em vagas de empregos, como estratégia de inclusão social. Contudo, apesar das semelhanças relacionadas a missão institucional, algumas diferenças foram observadas, entre elas, o fato da instituição onde se desenvolveu a presente pesquisa ser vinculada a uma Secretaria de grande importância política, enquanto a citada pelas autoras, se vincula a uma política de governo, que pode ser afetada com mudanças governamentais.

A forma que o apenado alcança a instituição que promove a inclusão pelo trabalho e o público alvo dessas instituições também se diferem. Enquanto a instituição pesquisada atende apenados em regime semiaberto, acompanhados desde o regime fechado para, posteriormente, serem alocados em uma vaga de emprego, a instituição referida na literatura atende, principalmente, por demanda espontânea. Esse fato pode dificultar a chegada do sujeito ao serviço, caso não seja orientado corretamente no sistema intramuros ou desconheça o serviço oferecido.

Sobre a trajetória percorrida pelos apenados incluídos no programa de ressocialização pelo trabalho da instituição pesquisada, identificou-se diferentes etapas. A primeira delas diz respeito a obtenção de uma carta de emprego, fornecida pela instituição junto ao judiciário. Em seguida, ele é incentivado a chegar à sede da instituição para o resgate do pecúlio, que é a reserva depositada em conta poupança do presidiário, referente à remuneração de seu trabalho, depois de abatidos: a indenização do crime cometido, à assistência à família e os gastos pessoais. Como condição para a semiliberdade, o apenado apresenta a carta de emprego e assim passa a ser acompanhado por outros setores do serviço finalizando o processo de interface entre o sistema intra e extramuros desempenhado pelo setor de produção e serviços da instituição.

Dessa forma, apenados em meio aberto são encaminhados para o setor de serviço

social onde são auxiliados na regularização de documentos e orientados quanto ao papel da instituição no percurso a ser seguido para obtenção de determinada vaga de emprego. Após esse contato, ele passa pela locação de mão de obra onde é finalmente direcionado à sua vaga.

Com todas essas etapas cumpridas o sujeito incluído no trabalho passa a ser acompanhado periodicamente pelo setor de fiscalização. Este acompanhamento visa comprovar se o apenado atua na função a que foi designado, em condições salubres e com equipamentos adequados.

Ressalta-se que desde o início desse processo, ainda no sistema intramuros, a instituição gerencia o salário prisional sendo também responsável pelo pagamento do salário no sistema extramuros por meio do setor de comercialização. As funções que o setor de comercialização executa englobam a conquista de novas parcerias, a fiscalização da folha de pagamento e pecúlio e a identificação de apenados com o perfil para a inserção no espaço extramuros.

Quando o apenado progride do regime semiaberto para a condicional, ele é desligado da vaga de emprego e deixa de ser acompanhado pela instituição pesquisada, mas continua sendo acompanhado pelo sistema judiciário.

Na apresentação institucional, os entrevistados, por unanimidade, destacam a relevância da missão institucional que é a inclusão pelo trabalho; contudo afirmam que apesar dos esforços empreendidos, o processo desta inclusão não é total, haja visto que o sujeito, sob condicional, é desligado do emprego. A partir de então, por vias próprias, ele deverá buscar um novo local de trabalho, tarefa não muito fácil, devido ao estigma que o egresso do sistema prisional possui como diferentes autores retratam^{1,3,6,10,20}.

Os entrevistados relatam que há pouca divulgação do trabalho desenvolvido por eles para a população em geral. Em face disto, torna-se importante apresentar estudos que coloquem no debate as nuances e perspectivas do sistema prisional pela via da inclusão pelo trabalho para que se possa fortalecer as políticas públicas voltadas para inclusão social de egressos do sistema prisional brasileiro.

3.3 Percepção dos entrevistados sobre seu trabalho

Os entrevistados, ao serem indagados sobre os distintos elementos que interferem na execução da sua atividade de trabalho, apresentaram seu objeto de atuação e abordaram os apoios e barreiras que ora facilitam, ora dificultam suas ocupações. Em suma: as opiniões divergem sobre os aspectos facilitadores e as barreiras e convergem quanto ao objeto de atuação.

Sobre esse objeto, os participantes desta pesquisa demonstraram como compreendem a inclusão e como esse conceito se transforma em ação nas práticas cotidianas. Des-

sa maneira, a inclusão pelo trabalho é percebida como a recuperação de vínculos sociais. No entanto, verificou-se que a inclusão é um processo frágil porque há descontinuidade no acompanhamento dos condenados que acabam de cumprir sua pena, conforme ilustra o excerto que se segue:

Então o Estado e o Governo, não sei nos outros estados, mas aqui no Rio de Janeiro a liberdade condicional não existe emprego, isso é muito chato pra gente, porque a gente fica assim com pesar porque eles vão procurar a gente. (E3)

O trabalho foi apontado como eixo fundamental para o processo de inclusão social dos apenados e associado como meio de resgate da dignidade e cidadania permitindo a descoberta de novas potencialidades e formas de existir. Logo, na perspectiva dos entrevistados, a representação social do sujeito trabalhador, muitas vezes, tem potência para resgatar outros vínculos sociais, esgarçados pela experiência da prisão, que estão para além da dimensão laboral.

A reinserção pelo trabalho eu acredito que é voltar ao senso comum que foi perdido em algum momento daquele indivíduo para com a sociedade, e a gente como é que vai fazer esse link do indivíduo com a sociedade é através do trabalho. Trabalho e família é o que faz o link para o ser humano ser inserido em alguma coisa. (E7)

A questão do trabalho com o sistema prisional apresenta uma linha tênue entre o propósito punitivo e seu caráter transformador que fomenta identidade e uma rede de suporte. Cabe frisar que, ao analisar as respostas dos servidores entrevistados, a perspectiva que mais se aproxima com a prática desempenhada é aquela estudada nos trabalhos desenvolvidos por PrEsp¹⁰, pois eles indicam que por meio dessa inserção no trabalho, os sujeitos conseguem restabelecer vínculos familiares anteriormente fragilizados.

Os entrevistados relatam que é comum que a experiência de inclusão dos apenados seja a primeira oportunidade de emprego desses sujeitos, ainda mais se esta estiver acompanhada pelo registro em carteira de trabalho. Esta demonstra um indicativo de comprometimento do apenado com a lícitude. Ademais, devido à baixa escolaridade da maioria, essas oportunidades acabam se restringindo a funções com pouco prestígio social. Porém, a exigência da apresentação do atestado de antecedentes criminais, como requisito para o emprego formal constitui-se em uma grande barreira para a contratação de pessoas que tiveram uma condenação penal, mesmo que o candidato apresente qualificação e habilidades exigidas pelo empregador^{8, 9, 10, 11}.

Muitos nunca trabalharam na vida, então muitas vezes quando eles começam a trabalhar, eles tomam gosto pelo trabalho, porque muitas coisas na vida deles não foram conseguidas de uma forma não muito trabalhosa, né? Então, eles gostam e passam a querer trabalhar. (E3)

No que tange às barreiras presentes no trabalho, os entrevistados apontam o estigma de periculosidade e de irrecuperabilidade do apenado, tal característica também é mencionada como um impedimento para encontrar parceiros que ofereçam vagas de emprego. Os entrevistados puderam repensar a apreensão que tinham sobre quem era sujeito atendido por eles, ao refletirem sobre o que significava a inclusão social.

Nesse sentido, reconheceram que as marcas do sistema prisional constituem uma característica que permeia todo processo de trabalho que a instituição fomenta. Esse fato é identificado como uma fragilidade no processo de inclusão, pois muitos condenados não conseguem se inserir no mercado de trabalho fora da proteção da instituição em virtude da identidade de egressos que carregam, atuando como uma mácula que constrói a identidade social e que, conseqüentemente, segrega e o coloca na condição de desviante¹⁶.

A esse respeito, os entrevistados destacam que as vagas existentes são insuficientes para esse universo abarcado pela instituição. Entre alternativas para o enfrentamento dessa situação, descrevem cursos de capacitação como estratégias para o aumento do nível de escolaridade do apenado no espaço da instituição.

Eu acho que a instituição poderia tirar 1 h, 1h e meia para dar ensinamentos, cursos rápidos, a gente tem no [refere o nome de uma instituição]. O trabalho com essa capacitação e com o rendimento que eles têm aqui eles conseguem dar um rendimento mínimo a sua família e ainda tem pra si. Assim que chega eles vão no banco... a instituição agora veio com um curso de educação financeira por aqui, porque assim que eles chegam no banco, o banco oferece cartão, cheque e aí eles pegam, e no outro mês tem que tá lá. [referindo-se ao pagamento das dívidas com cartões de crédito]. Tendo essa parte de curso, capacitação é importante para o interno. (E5)

Sobre o manejo do processo de inclusão, os entrevistados apontam que o contato com o apenado é considerado primordial. É no encontro entre o trabalhador e o apenado que ocorre o incentivo à continuidade da formação até a divulgação de informações e o encaminhamento para setores aptos a oferecer suporte e orientação.

Às vezes quando chega uns nervosinhos eu tento contar um pouco da minha história, pra eles verem que tem um pouco de esperança, pra eles dar uma acalmada e ver que a ressocialização é verdadeira, porque muitos não acreditam, eles acham que ah a ressocialização... é ser ex-presidiário, que vai ter preconceito, pensam um monte de coisas... Eles têm que ter força de vontade e dedicação. (E1)

Os entrevistados identificaram que o processo de construção de rede social faz parte da concretização da ação de inclusão pelo trabalho. No entanto, não há consenso sobre como se operacionaliza a construção dessa rede. A noção de rede aparece no discurso dos trabalhadores como a aproximação de outras instituições para desenvolvimento de ações que o local de trabalho dos entrevistados não consegue dar conta.

A fundação tá muito reclusa no seu próprio umbigo, mas tem a [menciona o nome de uma instituição], tem sei lá o que, mas a gente não vê inserido nesses contextos, tá muito fechadinha no seu mundo e não se abre parcerias, não digo parcerias para empregar apenados, mas parcerias [] temos que ter mais parcerias não que tragam financiamento, mas que vão trazer conhecimento, que vão trazer possibilidades, vão mostrar outros caminhos, ah mas somos uma esfera públicas, não pode.... Tudo pode, desde que seja dentro de um estatuto regido descrito enviado para alguém que vai aprovar ou não. (E2)

Sobre a categoria dos facilitadores da sua prática profissional, os entrevistados identificaram a articulação intra-institucional como principal apoio. Essa articulação acontece entre os próprios servidores que cooperam para atingir o objetivo comum, superando a ideia de setores desarticulados. "Minha chefia é um ciclo, não é nem um ciclo é um círculo, um ajuda o outro é muito importante." (E1)

Essa estratégia de apoio entre os servidores da instituição é uma ferramenta que envolve a solidariedade e é importante para superação das dificuldades cotidianas do trabalho. Esse apoio também é identificado nas parcerias construídas ao longo da existência da instituição pesquisada e alcança parceiros fora da instituição. Entretanto, essa percepção não foi unânime, pois alguns entrevistados apontaram para um isolamento em sua prática. "Eu não tive apoio de ninguém principalmente daqui eu não tive apoio, fiquei completamente perdida. Foi a vivência de anos de trabalho com pessoas (apenados) que me impulsionaram." (E2)

O valor do trabalho desenvolvido para os entrevistados envolve o bom funcionamento institucional. O conjunto dos discursos analisados demonstraram um movimento dos servidores no sentido de construir novas proposições e ações para desenvolver o trabalho afim de superar as barreiras encontradas.

Os entrevistados identificaram que um facilitador de sua prática constitui a abordagem que utilizam para desenvolver seu trabalho com o apenado. Todos concordaram que uma abordagem empática facilita a comunicação e a construção do vínculo entre o trabalhador e o apenado. Palavras como respeito, compreensão e disponibilidade foram indicadas pela maioria dos entrevistados, bem como a valorização da mão de obra penal que está sendo incluída na instituição e sobre vaga de emprego para a qual o apenado foi direcionado. “Ter educação, paciência, compreensão, certo? Fazê-lo sentir mais a vontade dentro de um local com mais respeito, carinho, amor, mas tem que ser recíproco” (E1).

Ainda em relação à abordagem dos apenados, os entrevistados referiram que, muitas vezes, é nesse encontro que conseguem identificar características desses sujeitos que interferem no desempenho no trabalho. Portanto, aspectos como a expressão verbal, escolaridade e comportamento são analisados e passam a configurar os planos de inclusão que estão sendo construídos.

Salienta-se ainda que os entrevistados verificam que os apenados e suas famílias chegam à instituição com poucas informações sobre o fluxo do processo de inclusão e dos dispositivos de auxílio que constituem a rede de assistência social. Quanto a essa situação, independente de seus cargos, cabe-lhes repassarem essas informações.

“Você começa a atender e eu acho que o RJ precisava explorar mais, explicar mais as pessoas pra saber daqui, porque na portaria as pessoas não tem 1 real e as vezes andam 4, 5 KM para achar a instituição [...] Veio uma senhora que não é do RJ encaminharam ela pro centro da cidade o filho dela cumpriu a pena estava na condicional e estava buscando retornar a sua cidade então indicaram a instituição pra ela, então ela andou da presidente Vargas até aqui [...] , puxando um carrinho junto do filho dela, chegando aqui ela explicou a situação, partiu o coração, porque explicaram errado no centro da cidade, não era aqui, ela tinha que procurar a Secretaria de Assistência Social, o projeto de governo Retorno ao seu estado”.(E5)

A não reincidência e a manutenção no campo do trabalho surgem, para os entrevistados, como resultados positivos de suas intervenções com os apenados. Segundo relatos, os apenados já egressos retornam à instituição de maneira espontânea e relatam sua aproximação com a sociedade, o que resulta em incentivo para o servidor continuar a desenvolver seu trabalho. “A gente se orgulha porque eles... como se fala, se ressocializaram, outros não, voltaram pra Bangu, mas a gente tenta. Então o trabalho é difícil, mas eu gosto né, do trabalho. ” (E4)

Sobre a formação profissional e sua articulação com a prática, um obstáculo identificado foi o desconhecimento de determinadas especificidades do campo jurídico que acompanha o apenado. Essa lacuna é preenchida no cotidiano em que o trabalhador acaba adquirindo esses conhecimentos, principalmente com colegas mais experientes. Não obstante, compreendem que essa falta de

formação específica interfere na execução dos trabalhos fragilizando tanto o serviço prestado ao apenado como a relação com os setores burocráticos da instituição. Com base nos dados das entrevistas, o desconhecimento teórico sobre temas do campo jurídico envolve: os direitos e privações do apenado, a estrutura do sistema penitenciário, o papel da instituição como meio ressocializador.

Eu acho que como eu tenho pouco conhecimento sobre o assunto, porque eu fico mais com essa parte burocrática eu acho que isso me atrapalha, talvez se eu tivesse mais conhecimentos sobre todo o órgão, sobre a gestão pública basicamente eu poderia orientar melhor [...] até mesmo questão de artigo, porque às vezes a pessoa chega: eu tô de PAD e eu preciso... e você não sabe (E2).

No que tange às barreiras na estruturação institucional, foi identificado o acúmulo de funções pelos entrevistados. A relação estabelecida com a organização administrativa foi destacada em função das múltiplas tarefas a serem desempenhadas em um mesmo setor sendo os entrevistados responsabilizados por isso. Os servidores identificam essa situação como prejudicial, porque causa acúmulo de função para um efetivo reduzido, o que influencia no desempenho qualificado das funções sob responsabilidade dos setores.

Você tendo que coordenar 3 ou 4 atividades ao mesmo tempo somente a responsabilidade de uma só pessoa, as outras pessoas têm cargos e comissões, não tem chefia o que é diferente. Chefia você tem a responsabilidade, você tem o comprometimento junto a sua chefia imediata e ao seu gestor. Então diferentes formas de responsabilização. (E6)

Sobre o acúmulo de funções e cobranças, os entrevistados apontam que podem surgir dificuldades na relação com o apenado, pois muitas vezes, a carga de estresse impede uma relação atenciosa com o sujeito.

A organização física e de recursos humanos da instituição é mencionada como um entrave, visto que alguns entrevistados não possuem uma sala específica para atendimento, recepções e orientações. São identificadas lacunas no apoio institucional em relação às ferramentas para o desempenho do trabalho.

Como apontado anteriormente, os servidores relatam que não há perspectiva de novas convocações de trabalhadores para a instituição e questionam a possibilidade de contratações temporárias mediante instâncias superiores. Ao buscar por novas contribuições, foi identificada nas entrevistas a sugestão da abertura do espaço institucional para o meio acadêmico, através de parcerias em projetos de extensão ou estágio curricular e/ou extracurricular, a fim de construir novas possibilidades com esses parceiros.

Outra questão apontada como barreiras foi a burocratização e a forte hierarquia, fato que atravessa até a consolidação com novas parcerias e que, segundo relatos, dificulta na divulgação do trabalho desenvolvido na instituição para a sociedade como um todo. Os entrevistados destacam que o funcionalismo público muitas vezes se constrói de forma burocrática e lenta, retardando os processos na prática profissional.

Quando eu cheguei aqui na instituição e tinha um projeto que era junto a SEAP, que eu tinha que preparar esses rapazes, mas as vezes as coisas demoram muito pra sair do papel, vai pro tribunal de conta vai aqui, e os caras estão ali esperando” (E5)

Outra barreira que os entrevistados mencionam refere-se à ausência de políticas públicas que direcionem o tratamento para o apenado e egresso e estejam próximas à realidade do sistema prisional brasileiro atual. O que orienta as ações nesse campo é o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) que faz parte do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária (PNPCP) inseridas na Lei de Execução Penal (LEP)², que tem a duração de quatro anos, voltado para o sistema intramuros:

Você não tem uma política pública direcionada, o que você tem é um plano nacional só que esse plano nacional é executado conforme os estados da forma que lhe convier. [...] A questão dos direitos, que você paulatinamente amplia, essa questão que levou 9 anos para ser publicada [Lei 4.984 de 11 de janeiro de 2007 que regulariza o pagamento dos Faxinas] aquilo ali publicado garante direitos, aquilo que você não tem documentado, não estabelece uma rotina, se por ventura não vier a ser cumprida você não tem como você estar pleiteando (E6).

Os entrevistados identificam que o trabalho que desenvolvem na instituição não é o da inclusão integral como almejaríamos que fosse, embora esses atores também sinalizem a potência das suas ações para criação de um espaço de orientação e acompanhamento para que os apenados experimentem uma vivência da identidade, construindo perspectivas de futuro capazes de promover maior participação no cotidiano extramuros.

De outro lado, com base nos dados apurados nesta pesquisa, entende-se que não é apenas a institucionalização pelo sistema penitenciário que acompanha a identidade dos apenados, visto que existem outras marcas sociais que os vulnerabilizam enquanto sujeito tais como a pobreza, a baixa escolarização, a fragilidade nas redes sociais de suporte e o pertencimento a territórios marcados pela violência. Características que terão impactos significativos no sucesso ou no fracasso do processo de inclusão pelo trabalho.

Diante disso, os entrevistados afirmaram que é importante que o serviço onde atuam ofereça, além da alocação em uma vaga de emprego, outros espaços para a oferta de capacitação dos apenados. Quanto a alternativas a inclusão no mercado formal de trabalho, observa-se que mesmo havendo o incentivo do PrEsp¹⁰ para a formação de cooperativas, não foram identificadas neste estudo, iniciativas que fomentassem a participação de apenados e egressos em grupos de geração de trabalho e renda.

5. Considerações finais

Esta pesquisa objetivou analisar a percepção dos trabalhadores do sistema prisional sobre suas atividades relacionadas a inclusão pelo trabalho dos apenados em meio aberto. Com isso, foi possível desvelar como esses profissionais lidam com os estigmas da periculosidade e irrecuperabilidade de sujeitos que cometeram crimes, com o acúmulo de funções, a ausência de recursos humanos para intervir neste processo e a falta de políticas públicas que respondam as demandas do contexto prisional.

Entretanto, destaca-se que, mesmo diante das barreiras colocadas no cotidiano do trabalho dos profissionais que atuam na inclusão de apenados os investimentos no resgate de vínculos familiares e sociais, a descoberta de novas potencialidades, a exploração de abordagens mais empáticas, de contato face a face com o apenado conjugando uma maior articulação intra-institucional contribuem para processos mais solidificados e menos punitivos no trabalho do sistema prisional.

Com esta pesquisa foi possível conhecer aspectos do trabalho do profissional que atua com inclusão social de apenados por meio do trabalho, compreendendo que este trabalhador tem papel de mediador entre o sistema prisional e o mundo externo. Mais do que alocar o sujeito em uma vaga de emprego, essa ocupação refere-se à possibilidade de suporte para que apenados construam outras referências no espaço social e se potencializem para a reconstrução de histórias de vida.

Nesse sentido, as discussões tecidas nesta pesquisa contribuem para lançar luz a problemas enfrentados por um profissional que atua em um universo marcado pela invisibilidade decorrente do estigma que o sistema prisional carrega. Isso pode ser ratificado pela baixa sistematização dos serviços voltados para a inclusão do apenado e pela manutenção do paradigma de reclusão que suplanta, muitas vezes, iniciativas em meio aberto que buscam o retorno dos apenados à sociedade.

Sugere-se o desenvolvimento de pesquisas futuras que forneçam subsídios para aprimorar a organização do trabalho daqueles que favorecem o processo de inclusão do apenado pelo trabalho, tomando o trabalho como uma maneira de engajamento nas ocupações cotidianas, construção de identidades e fortalecimento de vínculos. A exploração do tema em um único serviço, apenas na percepção e vivência dos trabalhadores que atuam diretamente com os apenados, constituiu uma limitação desta pesquisa.

6 Referências

1. Foucault M. Vigar e punir: nascimento da prisão. 20^o ed. Petrópolis: Vozes; 1987.
2. Brasil. Ministério da Justiça. lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal [Internet]. Diário Oficial da União, Brasília, DF; 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm
3. Barros CL. Regras de Mandela: O desafio da promoção dos direitos humanos privados de liberdade no Brasil. Rev do Inst Bras Direitos Humanos [Internet]. 2015; 15(1):139-150. [acesso em 2018 dez. 20]. Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/308>
4. Brasil. Ministério da Justiça. Postulados, princípios e diretrizes para a política de atendimento às pessoas egressas do sistema prisional [Internet]. 2016. [Acesso em: 2018 nov 15]. Disponível em: <http://www.institutoelo.org.br/site/files/arquivos/3ee754e254592ef408806d189d164bb5.pdf>
5. Costa SG; Bratkowski PLS. Paradoxos do trabalho prisional na era do capitalismo flexível: o caso do DETRAN-RS. Rev Adm Contemp [Internet]. 2007; 11 (3):127-147. [acesso em 2018 dez. 05]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552007000300007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552007000300007>
6. Machado BA; Sloniak MA. Disciplina ou ressocialização? Racionalidades punitivas, trabalho prisional e política penitenciária. Rev Direito GV [Internet]. 2015; 11(1):189-222. [acesso em 2018 dez. 14]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322015000100189&nrm=isso. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1808-2432201509>.
7. Souza RL, Correa MAPC. Origem e relação do trabalho com o ser humano e as limitações do trabalho na prisão. Textos Context. 2016;15(1):126-146. [acesso em 2018 dez. 12]. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/22831/14634>. DOI: 10.15448/1677-9509.2016.1.22831.
8. Souza R; Silveira A. Mito da ressocialização: Programas destinados a egressos do sistema prisional. SER Soc [Internet]. 2015; 17(36):163-188. [acesso em 2018 dez. 16]. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13421. DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v7i4.322>.
9. Rocha VFT; Lima TCB; Ferraz SFS; Ferraz SB. A Inserção do egresso do sistema prisional no mercado de trabalho: estudo de casos múltiplos em organizações cearenses. Rev Pensamento Contemp em Adm [Internet]. 2013;7(4):185-207. [acesso em 2018 dez. 06]. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/pca/article/view/11152>. DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v7i4.322>
10. PrEsp Comissão de Formação Teórica e Prática do Programa de Inclusão de Egressos do Sistema Prisional. O egresso do sistema prisional do estigma à inclusão social. Belo Horizonte: Instituto Elo 2013.

11. Barcinski, M; Cunico, SD e Brasil, MV. Significados da Ressocialização para Agentes Penitenciárias em uma Prisão Feminina: Entre o Cuidado e o Controle. *Trends Psychol.* [online]. 2017, 25 (3): 1257-1269. [Acesso em: 2019 dez 08] Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2358-18832017000301257&lng=pt&nrm=iso>. DOI: <http://dx.doi.org/10.9788/tp2017.3-16pt>.
12. Fernandes RCP, Silvano Neto AM, Sena GM, Leal AS, Carneiro CAP, Costa FPM. Trabalho e cárcere: um estudo com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador, Brasil. *Cad Saude Publica* 2002; 18(3):807-816. [acesso em: 2019 jun 13]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2002000300024&script=sci_abstract&lng=pt>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2002000300024>.
13. Bezerra, CM; Assis, SG; Constantino, P. Sofrimento psíquico e estresse no trabalho de agentes penitenciários: uma revisão da literatura. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2016, 21 (7): 2135-2146. [acesso em: 2019 jun 21]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000702135&lng=pt&nrm=iso>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.00502016>.
14. Rumin CR. Sofrimento na vigilância prisional: o trabalho e a atenção em saúde mental. *Psicol Ciênc Prof* 2006; 26(4):570-581 [acesso em: 2019 jun 10]. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000400005>.
15. Tschiedel RM, Monteiro JK. Prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciária. *Estud Psicol Natal* 2013; 18(3):527-535 [acesso em: 2019 jun 21]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2013000300013&script=sci_abstract&lng=pt>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2013000300013>
16. Lima, AIO; Dimenstein, M; Figueiró, R; Leite, J; Dantas, C. Prevalência de Transtornos Mentais Comuns e Uso de Álcool e Drogas entre Agentes Penitenciários. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2019, 35: 1-10. [Acesso em: 2019 jun 08] Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722019000100604 DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3555>
17. Moraes, PRB. A identidade e o papel de agentes penitenciários. *Tempo soc.* 2013, 25 (1): 131-147. [acesso em 2019 dez. 21]. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702013000100007&lng=pt&nrm=iso>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702013000100007>.
18. Duarte R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educ em Rev* [Internet]. 2004; 24:213-225. [acesso em 2018 dez. 22]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602004000200011&lng=pt&lng=pt. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.357>.
19. SEAP. Secretaria de Administração Penitenciária. Sítio Eletrônico da Secretaria de Administra-

ção Penitenciária, SEAP [Internet]. Sítio Eletrônico. [citado 16 de abril de 2018]. Available at: <http://www.rj.gov.br/web/seap/exibeconteudo?article-id=140682>

20. Barbalho LDA; Barros VA. Entre a cruz e a espada: a reintegração de egressos do sistema prisional a partir da política pública do Governo de Minas Gerais. *Psicol em Rev* [Internet]. 2015; 20(3): 549-565. [acesso em 2018 dez. 27]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9MWK83>. DOI: <http://dx.doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9523.2014V20N3P549>.

*Esta pesquisa é parte de um Trabalho de Conclusão de Curso como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Terapia Ocupacional da Universidade de Brasília.

Contribuição dos autores: Francis Fajon participou da concepção do texto, organização das fontes e análise, redação e revisão final. Carolina Maria do Carmo Alonso participou da concepção do texto, organização das fontes e análise, redação e revisão final. Beatriz Akemi Takeiti participou da redação e revisão final do texto.

Submetido em: 18/06/2019

Aceito em: 11/02/2020

Publicado em: 30/06/2020